



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013

ENTRE PERDAS E GANHOS: A INTERAÇÃO TERRITORIAL ENTRE O LITORAL SUL DE SERGIPE E O LITORAL NORTE DA BAHIA

CARLA NORMA CORREIA DOS SANTOS

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal de Sergipe

Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros – GESTAC

carlanorma10@yahoo.com.br

JOSÉ WELLINGTON CARVALHO VILAR

Professor do Instituto Federal de Sergipe – IFS e do

NPGeo da Universidade Federal de Sergipe - UFS

Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros – GESTAC

wvilar@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O espaço litorâneo é um lugar estratégico que ao longo dos séculos adquire formas variadas de uso do solo. Este espaço é de extrema valoração e valorização, tendo em vista suas diferenciações naturais e suas potencialidades no que se refere ao desenvolvimento de inúmeras atividades econômicas. Para Moraes (2007), comparada ao conjunto das terras emersas, a zona costeira se apresenta como um espaço dotado de particularidades e vantagens locais, onde se observa, ao longo das últimas décadas, uma maior fluidez do capital, o que promove uma difusão de atividades econômicas.

O presente estudo pretende analisar os impactos territoriais e socioambientais ocasionados pelas políticas públicas implantadas no Litoral Norte da Bahia e no Litoral Sul de Sergipe, avaliando como tais ações afetam direta ou indiretamente o espaço e a sociedade, uma vez que o Estado tem contribuído de forma bastante relevante para a reestruturação territorial, através da implantação de infraestrutura (rodovia, orlas, pontes) de suporte para a atividade turística e imobiliária. O presente estudo tem como recorte territorial o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe, mais especificamente os municípios costeiros de Jandaíra e Conde, na Bahia, e os municípios estuarinos de Santa Luzia do Itanhê e Indiaroba, em Sergipe.

METODOLOGIA

No processo de investigação da pesquisa serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico, documental e cartográfico dos elementos relacionados à temática em estudo; coleta de dados estatísticos; levantamento de elementos que caracterizem o meio físico, o espaço socioeconômico e análise das ações públicas e iniciativas de planejamento para a área em estudo. Na pesquisa, também serão realizadas entrevistas com roteiros predefinidos aos principais gestores estaduais responsáveis pelas políticas públicas implantadas no litoral dos dois estados, bem como membros da comunidade local.

RESULTADOS OU EXPECTATIVAS DE RESULTADOS

O processo de ocupação das áreas correspondentes aos litorais da Bahia e Sergipe concentrou-se até o século XIX nos tabuleiros e nos fundos dos vales, distantes da costa propriamente dita. A partir da segunda metade do século XX, com a dominação e valorização seletiva do território, impulsionada pela construção de rodovias, ocorre uma expansão territorial em direção as áreas costeiras desses dois estados, que se tornam espaços altamente valorizados e atraentes ao capital estatal e privado. O processo de ocupação realizado nas duas últimas décadas promove uma maior fluidez territorial, observando-se manifestações de urbanização difusa que amplia a atividade turística e imobiliária nos litorais de Sergipe e da Bahia.

No litoral sul de Sergipe e no litoral norte da Bahia as atividades tradicionais, como a agricultura de subsistência, o extrativismo da mangaba e a pesca, vêm sendo substituídas por atividades que intensificam o uso do solo e utilizam pouca mão-de-obra, como os cultivos comerciais e a carcinicultura, que vem se expandindo para áreas antes ocupadas por manguezais. O desenvolvimento de tais atividades contribui com inúmeros problemas ambientais, como a supressão da vegetação de mangue e restinga, o desmonte de dunas e a liberação de efluentes dos viveiros sem tratamento prévio. Observam-se também ocupações irregulares na orla marítima, com problemas de erosão costeira e também de construções desordenadas de residências, bares e restaurantes. Deposição de efluentes, destinação irregular de resíduos sólidos, desmatamento e queimadas também geram impactos ambientais na área de estudo.

No estado de Sergipe e da Bahia, a ocupação desordenada do litoral ocasionou uma redistribuição espacial da população e a expansão das áreas urbanas para uma região tradicionalmente ocupada por propriedades rurais e comunidades de pescadores, estendendo

as relações de caráter urbano ao campo. O espaço socialmente produzido no litoral caracteriza-se por segregar e até expropriar seus habitantes originais, pois passa a ser ocupado por empreendimentos ligados ao turismo e ao capital imobiliário que são destinados a uma população de maior poder aquisitivo (VILAR; ARAÚJO, 2010).

Tais processos, associados a usos diversos e desigualmente distribuídos sobre uma porção territorial frágil, podem produzir impactos ambientais negativos, demandando políticas públicas eficientes e programas de gestão efetivos para compatibilização entre desenvolvimento e conservação ambiental. As políticas públicas implantadas nos litorais dos dois estados se estendem para municípios mais afastados das capitais, como é o caso dos municípios do Conde e Jandaíra, na Bahia, e dos municípios de Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, em Sergipe, selecionados para o desenvolvimento desta pesquisa. Estes municípios, que não possuem sedes costeiras, mantiveram-se relativamente isolados até a construção de rodovias como a SE-100 Sul, SE-318 e da extensão da BA-099, a Estrada do Coco, que formam a Linha Verde. A abertura da Linha Verde em 1992, que teve como propósito interligar por via costeira os estados de Bahia e Sergipe, proporcionou uma perspectiva de interação territorial entre essas duas áreas (LIMONAD, 2007).

A construção recente de pontes, como a Joel Silveira sobre o Rio Vaza-Barris e a Gilberto Amado, sobre o Rio Piauí, facilitaram e aumentaram o fluxo de visitantes para o litoral sul sergipano, ampliando assim a interação territorial entre Sergipe e o litoral norte da Bahia. Uma das finalidades da construção dessas pontes é beneficiar os empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários já existentes e ampliar o espaço para novos investimentos, o que vem ocorrendo através da concessão de novas licenças pela ADEMA (Administração Estadual do Meio Ambiente) em Sergipe e pelo INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) na Bahia. Tal ação demonstra que o território pode ser ordenado de acordo com os interesses de alguns grupos sociais que visam controlar determinadas áreas.

Os municípios selecionados inicialmente não eram foco da atenção dos estudiosos, que priorizavam as áreas de maior dinamismo turístico, como a Praia do Forte, Sauípe e Guarajuba, no Litoral Norte da Bahia e Estância e Itaporanga D'Ajuda, no Litoral Sul de Sergipe. Atualmente observa-se a expansão do modelo turístico de sol e praia para a área em estudo, promovendo uma nova configuração territorial que merece ser investigado do ponto de vista geográfico.

Faz-se assim imprescindível uma análise das transformações sociais, espaciais e paisagísticas provocadas pela construção de materialidades geográficas nos litorais da Bahia e Sergipe, tendo em vista a intensificação do processo de ocupação territorial. As distâncias

entre os dois estados foram reduzidas, gerando um aumento na demanda de turistas e de segundas residências e uma ampliação da valorização da terra e da especulação imobiliária. A contribuição que se pretende dar está associada às perdas e ganhos ocasionados pela construção de materialidades geográficas e pela implantação de políticas públicas nessas áreas, discutindo até que ponto o imobiliário-turístico é acompanhado do acirramento dos processos de segregação socioespacial, de fragmentação territorial e de ampliação das desigualdades sociais e dos impactos ambientais.

Atualmente, esse espaço litorâneo passa a figurar como uma zona de expansão, tornando-se extremamente atrativa à ocupação e implantação de infraestrutura turística, saindo da dinâmica local e inserindo-se na dinâmica regional de desenvolvimento. Assim, as transformações econômicas e socioambientais que vem ocorrendo nesses municípios precisam ser estudadas na perspectiva de compreender o processo de reordenação territorial nos litorais dos dois estados, sob a perspectiva do desenvolvimento e da sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

LIMONAD, E. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros, Bahia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (40). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24540.htm>>

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

SILVA, S. B. de M.; SILVA, B. C. N.; CARVALHO, S. S. de. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência. Observatório de Inovação do Turismo – **Revista Acadêmica**, v. IV, nº 3, set/2009.

VILAR, J. W. C; ARAÚJO, H. M. de. (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: EdUFS, 2010.

Eixos Temáticos: Análise Regional